

**CENTRO EDUCACIONAL VISCONDE DE TAUNAY – CEVITA  
FACULDADES INTEGRADAS DE PARANAÍBA – FIPAR  
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO**



**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL  
CICLO 2008/2009**

**PARANAÍBA – 2009**

*A Auto-Avaliação Institucional das Faculdades Integradas de Paranaíba (FIPAR) tem como objetivo principal apoiar o desenvolvimento e a aplicabilidade da missão da instituição bem como aos projetos pedagógicos dos cursos que vêm sendo constantemente atualizados e assim oferecer subsídios para o aprimoramento das tomadas de decisões que reafirmam sua identidade social dentro dos princípios educacionais.*

*Um dos grandes desafios da avaliação institucional foi o de buscar identificar pontos comuns sob diferentes ângulos dos segmentos da IES – professores, alunos e funcionários – que nela atuam sem perder de vista a perspectiva da diversidade e complexidade das diferentes ações desencadeadas pelas FIPAR.*

*Considerando que as Faculdades Integradas de Paranaíba (FIPAR) têm em sua trajetória à busca constante de superação de problemas oriundos da incessante busca da preservação da qualidade no ensino, no entanto o processo de auto-avaliação não teve que lidar com quebras de resistências; ao contrário a avaliação institucional compreendida e aceita pela comunidade como uma ferramenta importante para o autoconhecimento bem como também ponto de partida para novos passos.*



**CPA - FIPAR**

## SUMÁRIO

<b>1- INTRODUÇÃO</b> .....	<b>4</b>
<b>2- DADOS DA INSTITUIÇÃO</b> .....	<b>6</b>
<b>3- CONSTITUIÇÃO E COMPOSIÇÃO DA CPA</b> .....	<b>7</b>
<b>4- PERÍODO E OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>5- CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b> .....	<b>9</b>
<b>6- DESENVOLVIMENTO</b> .....	<b>15</b>
<b>A MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL</b> .....	<b>16</b>
A POLÍTICA PARA O ENSINO, A PESQUISA, A PÓS-GRADUAÇÃO, A EXTENSÃO E AS RESPECTIVAS FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO, INCLUÍDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESTÍMULO À PRODUÇÃO ACADÊMICA, AS BOLSAS DE PESQUISA, DE MONITORIA E DEMAIS MODALIDADES .....	18
A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO, CONSIDERADA ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE À SUA CONTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO À INCLUSÃO SOCIAL, AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, À DEFESA DO MEIO AMBIENTE, DA MEMÓRIA CULTURAL, DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL .....	20
A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE .....	22
AS POLÍTICAS DE PESSOAL, AS CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, SEU APERFEIÇOAMENTO, DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO .....	23
ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO, ESPECIALMENTE O FUNCIONAMENTO E REPRESENTATIVIDADE DOS COLEGIADOS, SUA INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA NA RELAÇÃO COM A MANTENEDORA, E A PARTICIPAÇÃO DOS SEGMENTOS DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS .....	25

INFRA-ESTRUTURA FÍSICA, ESPECIALMENTE A DE ENSINO E DE PESQUISA, BIBLIOTECA, RECURSOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.	28
PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO, ESPECIALMENTE OS PROCESSOS, RESULTADOS E EFICÁCIA DA AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL .....	30
POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES.....	32
SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, TENDO EM VISTA O SIGNIFICADO SOCIAL DA CONTINUIDADE DOS COMPROMISSOS NA OFERTA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR .....	34
<b>7- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>37</b>
<b>8- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>38</b>

## 1- INTRODUÇÃO

A proposta de ciclos bianuais partiu de uma ótica segundo a qual o conhecimento da realidade constitui um processo ativo e ininterrupto que exige investimentos e tempo para maturação das análises, numa perspectiva da avaliação formativa e informativa, onde juntos a IES - professores, alunos e funcionários - puderam identificar potencialidades, fragilidades e propuseram ações, em diferentes aspectos analisados.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) das Faculdades Integradas de Paranaíba (FIPAR), embasando do ciclo 2007 e partindo do seu relatório final, lança a proposta de continuidade do trabalho, incluindo um plano de ação para o ciclo avaliativo 2008/2009, tendo em vista a necessidade do processamento dos dados coletados, e de envolvimento de *Stockholders* para uma; visão holística do sistema de avaliação.

O ciclo de avaliação 2008/2009, também teve como característica, a realização de avaliação diagnóstica que delineou em um acompanhamento personalizado para cada uma das dez dimensões propostas pelo Sistema de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) com seus respectivos instrumentos de coletas de dados.

Com o processo de avaliação implementado, pôde-se obter um retrato da realidade e diversidade do sistema geral das FIPAR, bem como à interação de seus subsistemas. Sendo assim foi possível, por meio deste relatório, compreender a complexidade desta Instituição de Ensino Superior (IES) e para a comunidade interna, gerando informações relevantes na orientação para a tomada de decisões.

Este relatório apresenta o resultado da avaliação institucional desenvolvida pela CPA/FIPAR (instituída conforme dispõe o Artigo 11 da Lei 10.861/04). No trabalho contemplaram-se todas as dimensões com as quais a gestão institucional, direta ou indiretamente estabelece sua influência, com o objetivo de promover a qualidade da oferta educacional em todos os serviços que a IES oferece à sociedade.

Este relatório estrutura-se em tópicos, ordenados nos seguintes buscando analisar as seguintes dimensões

- Missão e Desenvolvimento Institucional.
- As políticas para a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluindo os estímulos para a produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.
- A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere em sua contribuição à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.
- A comunicação com a sociedade.
- As políticas de pessoal, de carreira do corpo docente e técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.
- Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.
- Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.
- Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional.
- Políticas de atendimento ao estudante.
- Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

## 2- DADOS DA INSTITUIÇÃO

**Faculdades Integradas de Paranaíba - FIPAR**  
(Credenciada pela Portaria MEC nº 785 de 22/03/2002)

<b>DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA</b>	<b>Particular</b>
<b>ENTIDADE MANTENEDORA</b>	<b>Centro Educacional Visconde de Taunay</b> <b>- CEVITA</b> (PJ Direito Privado Entidade Sem Fins Lucrativos – CNPJ 02.037.554/0001-99)
<b>CURSOS DE GRADUAÇÃO OFERECIDOS</b>	<b>- Administração</b> (Reconhecido pela Portaria MEC nº 3.131 de 04/10/2004) <b>- Ciências Contábeis</b> (Renovação de Reconhecimento pela Portaria MEC nº 1.485 de 03/05/2005) <b>- Direito</b> (Autorização pela Portaria MEC nº 1.372 de 21/07/2006 - Reconhecido de acordo com os termos do artigo nº 63 da Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007/MEC) <b>- Letras</b> (Reconhecido pela Portaria MEC nº 577 de 23/02/2006) <b>- Pedagogia</b> (Reconhecido pela Portaria MEC nº 35 de 22/05/2006) <b>- Sistemas de Informações</b> (Autorização pela Portaria MEC nº 3.860 de 26/12/2002 – em processo de Reconhecimento - nº 20076003)
<b>CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO ÁREAS OFERECIDAS</b>	<b>- Administrativa</b> <b>- Contábil</b> <b>- Educacional</b> <b>- Ambiental</b>
<b>ENDEREÇO</b>	Rua Maclino de Queiroz n.º 270 – Bairro Jardim Redentora - Paranaíba/MS – CEP: 79.500-000.
<b>E-MAIL</b>	<a href="mailto:fipar@netsite.com.br">fipar@netsite.com.br</a>

### 3- CONSTITUIÇÃO E COMPOSIÇÃO DA CPA

No que se refere ao processo de constituição e composição da CPA, destacaram-se duas etapas com objetivos bem definidos e, por questões relacionadas ao movimento de entrada e saída de docentes e discentes, bem como ao final e início de mandatos da direção da Mantenedora e da IES, coordenadas por pessoal distinto.

Para a primeira etapa dos trabalhos, do ciclo de avaliação o período de 2008 a 2009, foi elaborada pela CPA anterior e no dia 06/02/2009, aprovado pelo CONSUADEPE, foram designados os seguintes nomes para comporem a CPA 2009/2011:

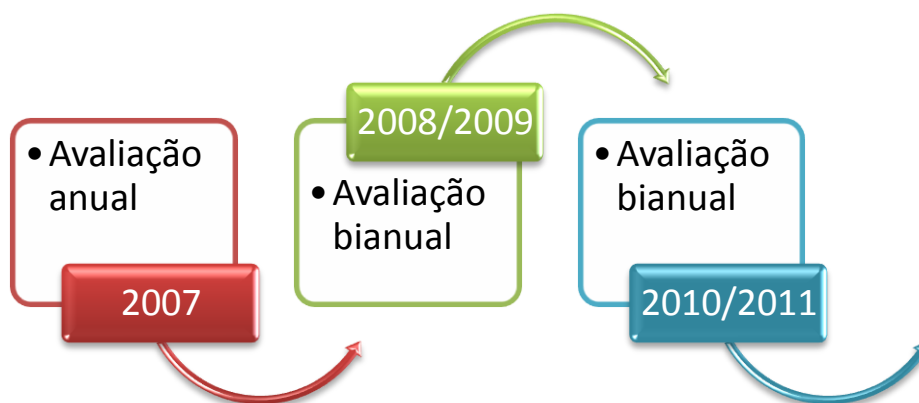
#### COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO/FIPAR – 2009 a 2011

<b>SEGMENTO E FUNÇÃO REPRESENTADA</b>	<b>NOME</b>
<b>Gestão Institucional (Coordenador da GPA)</b>	Roberto Pereira da Silva
<b>Corpo Docente (Membro)</b>	Janilson Modesto Leal
<b>Corpo Discente (Membro)</b>	João Altino Barbosa
<b>Sociedade Civil (Membro)</b>	Alessandra Correia Israel
<b>Corpo Técnico-Administrativo (Membro)</b>	Adriana Dias de Almeida



## 4- PERÍODO E OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO

### PERÍODO DA AVALIAÇÃO



**Figura 1 - Processo avaliativo das FIPAR**

Fonte: CPA 2009/2011

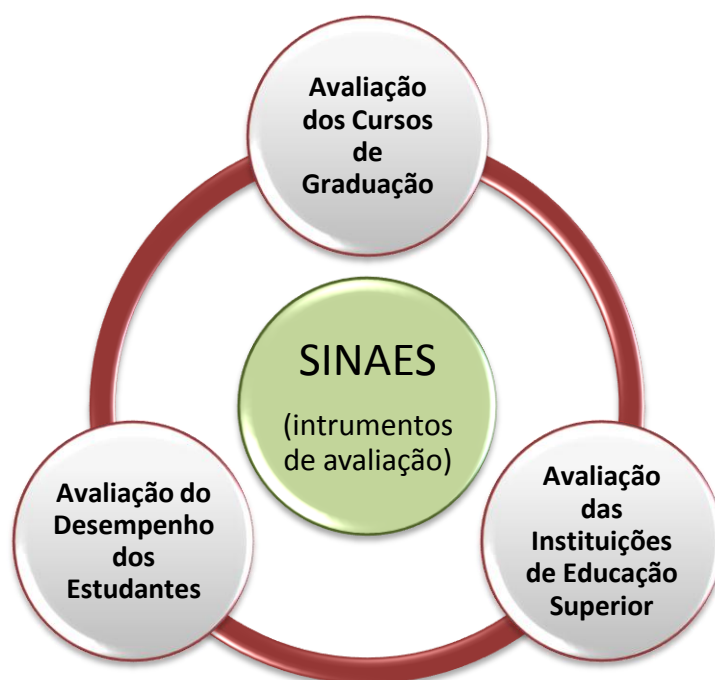
### OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO

- Promover o desenvolvimento de uma cultura de avaliação na IES;
- Implantar um processo contínuo de avaliação institucional;
- Planejar e redirecionar as ações da IES a partir da avaliação institucional;
- Garantir a qualidade no desenvolvimento da Educação Superior;
- Desenvolver uma gestão democrática e autônoma com o compromisso social científico e cultural da IES;

## 5- CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em 14 de abril de 2004, por meio da Lei nº 10.861, foi estabelecido o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Esse sistema tem como finalidade promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.

O SINAES integra três modalidades principais de instrumentos de avaliação, aplicados em diferentes momentos:



**Figura 2 - Modalidades principais de instrumentos de avaliação**

**Fonte:** Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004.

**Avaliação das Instituições de Educação Superior (AIES)** – é o centro de referência e articulação do sistema de avaliação que se desenvolve em duas etapas principais:



**Figura 3 - Avaliação das Instituições de Educação Superior**

**Fonte:** Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004.

- I - *auto-avaliação* – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada IES, a partir de setembro de 2004;
- II - *avaliação externa* – realizada por comissões designadas pelo INEP, segundo diretrizes estabelecidas pela CONAES.

**Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG)** – avalia os cursos de graduação por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas in loco de comissões externas. A periodicidade desta avaliação depende diretamente do processo de reconhecimento e renovação de reconhecimento a que os cursos estão sujeitos.

**Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE)** – aplica-se aos estudantes do final do primeiro e do último ano do curso, estando prevista a utilização de procedimentos amostrais. Anualmente, o Ministro da Educação, com base em indicação da CONAES, definirá as áreas que participarão do ENADE.

Tendo a Comissão Própria de Avaliação (CPA) como um comitê formado por representantes do corpo discente e docente, funcionários técnico-administrativos da IES e representantes da sociedade civil, com o propósito de sistematizar as atividades de avaliação institucional, bem como estimular e promover um ambiente de permanente auto-avaliação dos atores que desenvolvem alguma interface com a academia

Em cumprimento às Diretrizes para a Avaliação da Educação Superior previstas na Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004, no dia 27/09/04, por ato do CONSUADEPE, foi constituída Comissão Própria de Avaliação - CPA das Faculdades Integradas de Paranaíba.

Procurou-se analisar o que estava consolidado e buscou dar continuidade aos processos já instituídos a fim de aperfeiçoar a Avaliação Institucional através de um processo contínuo, que permitiu uma adequação à realidade das Faculdades Integradas de Paranaíba às novas diretrizes para a avaliação da educação superior em conformidade à Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior – CONAES.

Para tanto, estabeleceu-se como objetivo avaliar as Faculdades Integradas de Paranaíba (FIPAR) de forma contínua, participativa e integrada, pelo qual é necessário o envolvimento de seus diferentes segmentos constitutivos, buscando um olhar crítico construtivo, e uma reflexão para fortalecer programas, projetos pedagógicos e institucionais que favoreçam a contínua melhoria da qualidade acadêmica e sua atuação participativa na comunidade em que está localizada.

Como metodologia de trabalho, foi de analisar dimensão por dimensão, portanto, foram realizados dois (2) momentos. O primeiro momento com reuniões de avaliação institucional para socializar conceitos de avaliação institucional, papel da CPA e resultados preliminares. O segundo momento coube à CPA a análise dos relatórios parciais e a consolidação final do relatório deste relatório. Os instrumentos utilizados foram: entrevistas semi-estruturadas, questionários, análise de documentos e relatórios dos setores e o período analisado até o final de 2009.

Por ato da Diretoria Geral da IES, promoveu-se a reformulação da CPA, que teve seu coordenador substituído, devido o mesmo ter assumido cargo público (UFMS – Campus Três Lagoas) e novos membros passaram a fazer parte.

As atividades iniciaram com uma reunião inaugural da operacionalização dos trabalhos, definição de objetivos, plano e metas, além da definição de encargos e cronograma de março de 2008 até dezembro de 2009, pela CPA anterior.

Foram planejadas as ações dos membros da CPA e estabelecidas às dinâmicas de trabalho. Divulgaram-se as propostas de trabalhos da comissão para toda a comunidade, para a sensibilização sobre a importância da avaliação. Para isso considerou como objetivos específicos:

- Conhecer e analisar a realidade das Faculdades Integradas de Paranaíba – FIPAR, nas suas especificidades de acordo com sua missão;
- Estimular a implementação de processos avaliativos em todas as instâncias de forma a embasar o planejamento, a gestão, o aperfeiçoamento e a articulação contínua dos programas e projetos acadêmicos na busca da melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão;
- Aprimorar os processos avaliativos correntes, sugerindo alterações para a adequação às diretrizes propostas pelo INEP/ CONAES;
- Adequar, Sistematizar e padronizar os processos avaliativos, promovendo a articulação dos diferentes dados e informações coletadas;
- Proporcionar debates e discussões entre os atores envolvidos, promovendo uma ampla reflexão sobre a eficiência, a eficácia e a relevância social e científica dos programas e projetos institucionais relacionados com as atividades-fim da instituição.

#### *FASE PRELIMINAR*

Nesta fase a CPA com proposta de trabalho no intuito de alcançar os objetivos estabelecidos analisar as 10 (dez) dimensões, já citadas anteriormente, segundo orientações da CONAES, construiu o Processo de Auto-Avaliação Institucional das FIPAR. Entre as demais atividades previstas nesse cronograma destaca-se que este Relatório Final tem a finalidade de retratar todas as ações desenvolvidas pela CPA.

A CPA inteirou-se do relatório de Avaliação Institucional 2007 e relatórios anteriores realizados separadamente por curso. Logo após, a CPA deu continuidade ao processo por meio da sensibilização dos membros da comunidade acadêmica e da divulgação do SINAES em reuniões com a direção da instituição, coordenadores, professores, técnicos - administrativos e discentes.

### *FASE DE IMPLEMENTAÇÃO*

Nesta fase compreende a coleta de dados por meio de instrumento de pesquisa, análise de documentos e relatórios da Instituição e elaboração de relatórios.

Nesta etapa, contou-se com o auxílio de alunos e docentes do curso de Sistemas de Informação para suporte e desenvolvimento das atividades relacionadas à elaboração do sistema eletrônico de avaliação, aplicação, tabulação e apoio na análise das informações.

A CPA reuniu-se para analisar os dados coletados, desenvolveu planilhas para lançamento dos pontos fortes e fracos, das sugestões levantadas e das ações corretivas já efetivadas para sanar possíveis deficiências e pontos vulneráveis detectados por meio do processo avaliativo.

A partir dessa análise, a CPA sistematizou as informações de acordo com os processos institucionais na busca da consolidação dos relatórios parciais, os quais geram o relatório final. Os membros da CPA procuraram adequá-las no formato sugerido pela CONAES.

O documento fundamental utilizado para elaboração do relatório foi o Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), bem como os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e o Regimento Interno (RI). Eles se expressam como um conjunto coerente de grandes prioridades e decisões, que orientaram o desenvolvimento da instituição com objetivos claros, buscando atingir a excelência das Faculdades Integradas de Paranaíba em todos os seus setores.

A adequação as mudanças institucionais oriundas das realidades interna e externa levam a necessidade de reformulação do PDI anterior. O novo PDI compreende o período de 2007 a 2011.

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos também foram atualizados, uma vez que o novo PDI foi referencial para suas reestruturações.

Nesta fase iniciou um processo de divulgação do Projeto de Auto-Avaliação procurando abranger as várias instâncias da Instituição. Para isso, atualizou-se, o site da CPA, inclusive com espaço aberto para contato por meio do e-mail: [cpa@fipar.com.br](mailto:cpa@fipar.com.br)

A divulgação do Projeto de Auto-Avaliação aconteceu, também, por meio de reuniões, seminários de estudos e veículos internos de comunicação. Como suporte das atividades de sensibilização produziu materiais que tinham como objetivos tornar o projeto e o programa mais conhecidos da Comunidade Acadêmica, explicar melhor suas etapas.

Para essa divulgação, professores, alunos e funcionários foram sensibilizados por meio das reuniões coletivas da IES por segmentos.

## **6- DESENVOLVIMENTO**

Com o intuito de consolidar as atividades que foram programadas na proposta de auto-avaliação encaminhada ao Ministério da Educação seguindo as propostas da CONAES. Definiu-se a análise de dez etapas de verificação onde a CPA utilizou-se dos seguintes instrumentos: seminários, análises documentais, reuniões técnicas de trabalho, entrevistas, aplicação de questionários (Utilizando a Escala do tipo Likert, por facilitar a exposição observações dos segmentos da IES, esta escala é utilizada pelo INEP em suas avaliações), entre outros.

Todas as dimensões foram analisadas por esta comissão com apoio e envolvimento de todos os segmentos das FIPAR - corpo docente, discente e técnico-administrativo, pelo qual os setores da Instituição identificaram os pontos negativos e positivos em relação às dimensões avaliadas.

A seguir apresentam-se os quadros com as ações programadas inicialmente na proposta da auto-avaliação e os objetivos relacionados a cada dimensão, relacionando-os às ações que foram efetivamente realizadas e aos resultados alcançados na avaliação.



1ª DIMENSÃO: (Lei 10.861/04, Artigo 3º, Inciso I)

### **A MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

**Objetivo:** Analisar o Plano de Desenvolvimento Institucional, sua execução e aplicabilidade e definir propostas de redirecionamento.

PROGRAMADAS	AÇÕES REALIZADAS	ANÁLISE DOS RESULTADOS	
		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
Construção dentro do instrumento de avaliação geral da IES, questionamentos relacionados ao PDI ao corpo docente, discente e técnico-administrativo.	Aplicação de questionário.	Necessidade de reestruturação da linguagem utilizada.	O questionário utilizado demonstrou ser apto para a visualização real da situação.
Analisar a articulação e relação entre o PDI e o PPI no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão institucional e avaliação institucional.	Reunião com os membros do CONSUADEPE para a efetivação do PPI (de maneira explícita).	A não existência explícita do PPI.	Existência do envolvimento da comunidade da IES nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
Análise das propostas relacionadas à comunidade externa contidas no PDI.	Análise das ações previstas no PDI, PPCs e documentação de registros.	Varias ações realizadas e boa parte não consta registro.	Números elevados de ações que relacionam a IES com a comunidade externa.
Levantamento e estudo da documentação e informações relevantes à análise desta dimensão.	Reuniões de levantamento e análise.	A priori houve dificuldades na compreensão dos pontos relacionados a esta dimensão.	Interação entre o processo de auto-avaliação dos SINAES e à missão institucional.
Verificação das práticas pedagógicas e administrativas em relação aos objetivos institucionais previstos no PDI.	Discussões em grupos e leitura dos documentos relacionados à dimensão.	Houve um período de reestruturação dos membros da gestão da IES.	Existência de coerência das praticas pedagógicas.

Divulgação e registro do novo PDI 2007-2011.	Análise de documentos oficiais relacionados e acompanhamento do processo de socialização do PDI.	Baixa socialização junto aos discentes.	Comprometimento dos vários segmentos da IES com o cumprimento do PDI. Existência de uma assessoria pedagógica efetiva.
--	--	---	---

---

2ª DIMENSÃO: (Lei 10.861/04, Artigo 3º, Inciso II)

**A POLÍTICA PARA O ENSINO, A PESQUISA, A PÓS-GRADUAÇÃO, A EXTENSÃO E AS RESPECTIVAS FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO, INCLUÍDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESTÍMULO À PRODUÇÃO ACADÊMICA, AS BOLSAS DE PESQUISA, DE MONITORIA E DEMAIS MODALIDADES**

**Objetivo:** Analisar e determinar os vetores da produtividade acadêmica da IES que compõem o ensino, a pesquisa e a extensão; redefinindo suas políticas e a aplicação destas visando possíveis mudanças, atualizações e adequações.

PROGRAMADAS	AÇÕES		ANÁLISE DOS RESULTADOS	
	REALIZADAS		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
Auto-avaliações das atividades acadêmicas, avaliação de infra-estrutura e de cursos pelos docentes.	Aplicação do questionário eletrônico para avaliação dos itens.		Rotatividade de docentes da IES, no período de aplicação da avaliação institucional.	Software específico que auxilie para obtenção e tabulação dos dados (desenvolvido pela própria IES).
Auto-avaliações das atividades acadêmicas, avaliação de infra-estrutura e de cursos pelos discentes.	Aplicação do questionário eletrônico para avaliação dos itens.		A não participação total (censitária) do corpo discente.	Software específico que auxilie para obtenção e tabulação dos dados (desenvolvido pela própria IES).
Análise das atividades de extensão.	Verificação dos registros de atividades de extensão.		Realizações de atividades sem registros.	Grande participação da comunidade externa.
Atividades de pós-graduação.	Análise documental junto à secretaria de pós-graduação.		Não participação dos alunos de pós-graduação no processo de avaliação com formulário eletrônico.	Bom número de áreas do conhecimento, atendidos pelos cursos de pós-graduação oferecidos.
Relação entre egressos nos cursos de pós-graduação da IES.	Verificação dos registros junto à secretaria de pós-graduação.		Nenhuma.	Número expressivo de alunos oriundos dos cursos de graduação da IES em seu programa de pós-graduação.

Avaliação científica.	das	produções	Verificação das produções científicas realizadas pelos docentes.	Pouca produção de artigos científicos em revistas indexadas e anais, e pouco incentivo a produção científica.	Existência de revista indexada e editora própria da IES.
Avaliação científica.	das	produções	Verificação das produções científicas realizadas pelos discentes.	Pouca produção de artigos científicos em revistas indexadas e anais, e início de produção de monografias em seus TCs.	Existência de revista indexada e editora própria na IES. Início da aplicação de novas matrizes curriculares com exigência de TCs no formato monográfico.
Ações de apoio ao desenvolvimento do aluno.	ao	Verificação dos projetos de apoio e desenvolvimento de discentes.	Necessidade de reestruturação do sistema de monitoria.	Realização de eventos em diversas áreas do conhecimento relevantes ao desenvolvimento do aluno. (profissional, cultural e social). Inserção do aluno ao mercado de trabalho. Visitas técnicas, semanas acadêmicas, Empresa Junior, brinquedoteca, laboratório de línguas, Laboratório de Hardware e acessibilidade dos Conselhos Profissionais. Programa de nivelamento.	

---

3ª DIMENSÃO: (Lei 10.861/04, Artigo 3º, Inciso III)

**A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO, CONSIDERADA ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE À SUA CONTRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO À INCLUSÃO SOCIAL, AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, À DEFESA DO MEIO AMBIENTE, DA MEMÓRIA CULTURAL, DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL**

**Objetivo:** Verificar o compromisso e a contribuição da IES em ações que envolvem responsabilidade social, buscando contemplar esta característica fundamental, considerando a finalidade da IES e suas correlações com o cenário externo.

As políticas institucionais no âmbito da Responsabilidade Social procuram perseguir diretrizes constantes dos documentos oficiais (PDI), e sustentadas pelos seguintes pilares: promoção de valores éticos, estabelecimentos de parcerias com instituições públicas e privadas, responsabilidade quanto à qualidade da formação dos seus alunos e dos serviços prestados, projetos e programas na área da saúde preventiva e assistência às comunidades carentes, defesa do meio ambiente e preservação da memória cultural e outras contribuições para o desenvolvimento econômico e social.

PROGRAMADAS	AÇÕES		ANÁLISE DOS RESULTADOS	
	REALIZADAS		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
Acompanhamento das ações sociais e ambientais realizadas pela IES.	Verificação dos registros das ações sociais e ambientais.	Poucos registros.		Desenvolvimento de projetos ambientais junto ao rio Paranaíba. Existência do EJA na instituição. Arrecadação de donativos para entidades Filantrópicas, doações por parte dos alunos, para a casa de repouso dos idosos, oriunda da movimentação financeira dos eventos organizados pelos alunos. Atendimentos com assessoria jurídica (junto ao Núcleo de Práticas Jurídicas).

Análise das relações com a comunidade externa.

Verificação de documentos e entrevistas que demonstram a relação da IES com a comunidade externa.

Nenhuma.

Participação expressiva da comunidade externa nos eventos promovidos pela instituição.

Desenvolvimento de eventos em parceria com outras instituições de ensino superior.

Relação efetiva com os conselhos profissionais.

Convênios com empresas e escolas do município e região; convenio com prefeituras municipais e associação comercial.

Cessão de equipamentos e ambientes da infra-estrutura para outras entidades (Secretaria de Segurança Pública, OAB, Lyons, Rotary, etc.), Sede de eventos.

---

4ª DIMENSÃO: (Lei 10.861/04, Artigo 3º, Inciso IV)

### A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

**Objetivo:** Avaliar a comunicação da IES com a comunidade, sua efetividade, identificando as formas de aproximação utilizadas, buscando fazer com que a atividade acadêmica se comprometa com a melhoria das condições de vida da comunidade.

PROGRAMADAS	AÇÕES		ANÁLISE DOS RESULTADOS	
	REALIZADAS		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
Programas e eventos abertos à comunidade externa.	Verificação dos eventos com a finalidade da disseminação do conhecimento junto à comunidade.		Nenhuma.	Promoção de eventos durante o ano letivo. Site da instituição com diversos links.
Programas acadêmicos para os discentes.	Verificação dos programas ao desenvolvimento dos discentes.		Nenhuma.	Semanas acadêmicas, realização de feiras, visitas técnicas, disponibilização de computadores ligados a rede da internet, e sistema wi-fi em toda instituição. Recepção dos calouros, participação em congressos, sistema de atualização da biblioteca, acesso as redes de pesquisa, revista científica. Site da instituição com diversos links.
Programas sociais para colaboradores da IES.	Verificação dos programas desenvolvidos para os colaboradores.		Poucos programas de desenvolvimento profissional.	Interação entre os colaboradores, momentos de confraternização. Site da instituição com diversos <i>links</i> .

5ª DIMENSÃO: (Lei 10.861/04, Artigo 3º, Inciso V)

**AS POLÍTICAS DE PESSOAL, AS CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, SEU APERFEIÇOAMENTO, DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO**

**Objetivo:** Avaliar o planejamento da carreira e capacitação do Corpo Docente e do Corpo Técnico-Administrativo, os processos de formação continuada e o nível de satisfação e relacionamento desses segmentos, buscando desenvolver e/ou aprimorar o desenvolvimento profissional e as condições de trabalho do capital humano atuante na IES.

PROGRAMADAS	AÇÕES		ANÁLISE DOS RESULTADOS	
	REALIZADAS		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
<b>Em relação ao Plano de Carreira Docente e Plano de Cargos e Salários do corpo técnico-administrativo, sua atualidade, critérios e utilização:</b>				
Análise do plano de carreira da instituição.	Reuniões com os membros da área administrativa e colaboradores.		Falta de socialização do plano de carreira ao segmento técnico-administrativo.	Readequação e atualização do plano de carreira da IES (enviado para homologação ao Ministério do Trabalho).
Verificação de existência de programas de qualificação profissional oferecido pela IES.	Análise documental dos programas de qualificação.		É oferecido um maior número de programas para os docentes, e poucos para o técnico-administrativo.	Incentivo a auxílios financeiros aos docentes para participação em eventos e qualificação profissional em mestrados e bolsas para pós-graduação. Para os técnico-administrativos, bolsas de estudos nos cursos de graduação e pós-graduação, e eventuais custeios em cursos de aperfeiçoamento.



Verificação do regime de trabalho dos colaboradores (docente e técnico-administrativo).

Verificação da formação e regime de trabalho de professores e funcionários.

Nenhuma.

A maioria dos docentes possui dedicação parcial e ou integral na instituição, e a sua formação atende as necessidades do curso, conforme parâmetros do MEC. Mais de 90% do corpo técnico-administrativo possuem formação de educação superior (muitos deles incentivados e promovidos pela instituição).

---

6ª DIMENSÃO: (Lei 10.861/04, Artigo 3º, Inciso VI)

**ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO, ESPECIALMENTE O FUNCIONAMENTO E REPRESENTATIVIDADE DOS COLEGIADOS, SUA INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA NA RELAÇÃO COM A MANTENEDORA, E A PARTICIPAÇÃO DOS SEGMENTOS DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS**

**Objetivo:** Verificar e avaliar o grau de independência e autonomia da gestão acadêmica, os mecanismos de gestão, as relações de poder entre as estruturas e a participação efetiva na construção das políticas da IES, buscando coerência entre os meios de gestão e o cumprimento dos objetivos e planejamento institucional.

PROGRAMADAS	AÇÕES		ANÁLISE DOS RESULTADOS	
	REALIZADAS	FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES	
Elaboração de questões gerais para avaliar aspectos referentes à organização geral e gestão da IES.	Aplicação de questionário (respondidos pela comunidade acadêmica) para levantamento de aspectos referentes à organização geral e gestão da IES.	Nenhuma	O questionário de avaliação institucional se mostrou eficaz para apresentar o olhar dos segmentos das FIPAR	
Atuação dos colegiados.	Verificação do número de reuniões realizadas pelo CONSUADEPE, de cursos por meio das Atas.	Baixo número de reuniões do CONSUADEPE (justifica-se devido a problemas ocorridos nas alterações da gestão neste período).	Funcionamento de um fórum de coordenadores para a discussão e desenvolvimento de idéias relacionadas à gestão dos cursos.	

Verificação dos recursos de informatização instalados para a comunidade.	Verificação <i>in-loco</i> .	Dificuldades na constante atualização na página da internet.	Em cada sala há um mural para informações gerais aos alunos, e são disponibilizados recursos multimídias moveis. Sala dos professores também com murais e ilhas com computadores ligados a internet. Existe um anfiteatro com equipamentos de multimídia, três laboratórios de informática com um total de 64 computadores ligados a rede, pagina na internet, ilhas de acesso a internet na biblioteca, sistemas de pesquisa acadêmica na biblioteca. Reprografia terceirizada.
Verificação dos prazos institucionais aos cumprimentos das ações do PDI.	Análise do PDI.	Nenhuma	Todos os itens planejados para 2008/2009 foram atendidos e houve também a antecipação do pedido de reconhecimento do curso de Direito (outubro 2009).
Verificação da participação dos segmentos da IES nos colegiados.	Análise do Regimento Interno e Atas.	Nenhuma.	Observado o Regimento Interno, constatou-se a participação de representantes do corpo docente, técnico-administrativos e discentes, nos órgãos colegiados.

Verificação da existência de ouvidoria.	Entrevistas com os gestores da instituição.	Não possui efetiva atuação de uma ouvidoria.	Verificou-se a existência de um projeto para a instalação da ouvidoria em 2010.
Verificação de organograma da IES.	Análise comparativa do organograma institucional, explícito, com a estrutura da IES.	Nenhuma.	Organograma condiz com a realidade da estrutura da IES.
Verificação da autonomia da IES.	Análise da inter-relação da estrutura organizacional e mantenedora (autonomia).	Nenhuma.	Grau elevado da autonomia da IES (devido aos membros da mantenedora fazerem parte efetiva da mantida).

---

7ª DIMENSÃO: (Lei 10.861/04, Artigo 3º, Inciso VII)

### **INFRA-ESTRUTURA FÍSICA, ESPECIALMENTE A DE ENSINO E DE PESQUISA, BIBLIOTECA, RECURSOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

**Objetivo:** Avaliar a infra-estrutura física e tecnológica existentes na IES para atendimento do ensino, da pesquisa e da extensão, com vistas à definição de propostas de redimensionamento.

<b>AÇÕES</b>		<b>ANÁLISE DOS RESULTADOS</b>	
<b>PROGRAMADAS</b>	<b>REALIZADAS</b>	<b>FRAGILIDADES</b>	<b>POTENCIALIDADES</b>
<b>Em relação à aplicação da avaliação e levantamento dos resultados:</b>			
Verificação da qualidade da infra-estrutura física da IES.	Elaboração e aplicação de questionário a comunidade acadêmica, com o levantamento e análise dos dados relacionados a infra-estrutura física.	Nenhuma.	Obtenção de uma visão clara sobre a qualidade da infra-estrutura nos segmentos, corpo docente, técnico-administrativos e discentes.
Verificação em relação ao acervo da biblioteca, e o nível de sua utilização.	Análise dos dados no sistema de controle da biblioteca, e observação in-loco.	Necessidade de atualização de alguns acervos relacionados aos cursos de Ciências Contábeis e Administração.	Existência de política própria de aquisição de livros e periódicos. Existência de banco de dados científicos.
Verificação do espaço físico.	Levantamento dos resultados obtidos com a aplicação do questionário.	9,4% dos alunos observam que o espaço físico não atende as necessidades de seu curso	90,6% dos alunos observaram que o espaço físico atende as necessidades de seu curso

Verificação da adequação dos laboratórios às demandas.

Levantamento da quantidade de equipamentos em relação aos usuários.

Necessidade de *upgrade* em algumas máquinas dos laboratórios de informática.

Os laboratórios atendem aos requisitos exigidos pelo MEC nos cursos de, Letras, Pedagogia, Direito, Administração, Ciências Contábeis e Sistemas de Informação.

Existência de Empresa Junior, Laboratório de Prática Contábil, Núcleo de Práticas Jurídicas, Brinquedoteca, Laboratório de Línguas e Laboratório de Hardware.

---

8ª DIMENSÃO: (Lei 10.861/04, Artigo 3º, Inciso VIII)

### **PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO, ESPECIALMENTE OS PROCESSOS, RESULTADOS E EFICÁCIA DA AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

**Objetivo:** Verificar a adequação do PDI com o PPI, os projetos dos cursos, bem como a efetividade dos procedimentos de avaliação, buscando a integração do processo avaliativo com o planejamento e vocação institucionais e o despertar da cultura de avaliação.

PROGRAMADAS	AÇÕES		ANÁLISE DOS RESULTADOS	
	REALIZADAS		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
Reuniões com a Diretoria Acadêmica e Diretoria Administrativa, para análise do PDI, e das propostas pedagógicas dos cursos.	Reuniões para a geração de parâmetros da avaliação institucional.		Necessidade de maior número de reuniões.	Pessoas envolvidas efetivamente para a elaboração do processo de avaliação institucional.
Atualização nos instrumentos de coleta de dados da avaliação.	Reformulação e adequação do sistema eletrônico de levantamento e análise dos dados.		Nenhuma	Desenvolvido e atualizados pela própria IES.
Organização e distribuição de tarefas.	Realização da distribuição de tarefas aos vários departamentos para fornecimento de dados e informações à comissão.		Demora na entrega de algumas informações de dados e informações para análise da comissão.	Livre acesso às informações necessárias para elaboração da auto-avaliação.
Verificação do andamento dos trabalhos de auto-avaliação.	Reuniões para o acompanhamento das etapas realizadas.		O cronograma sofreu alterações ao longo do processo de avaliação.	O prazo de fechamento do relatório ocorreu dentro do programado.

Processo de elaboração do relatório final.

Para obtenções de informações ao relatório final, eram levantados dados, tabulados, e analisados, para produção de informações relevantes relacionadas às dez dimensões.

Nenhuma.

Com os trabalhos da comissão, foi possível gerar um cenário da realidade da IES.

---



9ª DIMENSÃO: (Lei 10.861/04, Artigo 3º, Inciso IX)

### **POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES**

**Objetivo:** Avaliar as formas de atendimento ao Corpo Discente e integração deste a vida acadêmica, identificando os programas de ingresso, acompanhamento pedagógico, permanência do estudante, participação em programas de ensino, pesquisa e extensão, a representação nos órgãos estudantis, buscando propostas de adequação e melhoria desta prática na IES para a qualidade da vida estudantil.

PROGRAMADAS	AÇÕES		ANÁLISE DOS RESULTADOS	
	REALIZADAS		FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
Verificação da existência de ações e mecanismos de integração dos discentes e atividades acadêmicas.	Análise dos registros das atividades realizadas.		Falta de registros de algumas atividades.	Regularmente são promovidas, semanas acadêmicas, de todos os cursos, visitas técnicas, palestras, cursos e mini-cursos, participação de eventos. Manual do aluno, secretaria acadêmica, disponível em horário de estudo e/ou diverso para atendimento, horário de atendimento das coordenações de cursos, empresa junior, brinquedoteca, núcleo de práticas jurídicas, laboratório de línguas, laboratório de hardware.
Verificação da existência de Bolsas de Estudos.	Levantamento dos tipos de Bolsas de Estudos concedidas pela Instituição, mediante consulta ao departamento financeiro.		A Instituição não é conveniada ao PROUNI e nem ao FIES.	Concessão de Bolsas integrais e parciais, pela instituição e/ou parcerias com a Prefeitura local e das cidades circunvizinhas.

Verificação da existência de programas de estágios e intercâmbios. Análise documental de relatórios e convênios de estágio do corpo discente.

Nenhuma.

Existência de vários convênios, com diversas empresas, e instituições de ensino, promovendo a capacitação profissional.

Verificação da existência de ações e mecanismos de integração dos discentes e atividades acadêmicas. Análise dos registros das atividades realizadas.

Falta de registros de algumas atividades.

Regularmente são promovidas, semanas acadêmicas, de todos os cursos, visitas técnicas, palestras, cursos e mini-cursos, participação de eventos.

Manual do aluno, secretaria acadêmica (disponível em horário de estudo e/ou diverso para atendimento), horário de atendimento das coordenações de cursos, empresa Junior, brinquedoteca, núcleo de práticas jurídicas, laboratório de línguas, laboratório de hardware.

---

10ª DIMENSÃO: (Lei 10.861/04, Artigo 3º, Inciso X)

**SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, TENDO EM VISTA O SIGNIFICADO SOCIAL DA CONTINUIDADE DOS COMPROMISSOS NA OFERTA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**Objetivo:** Avaliar a capacidade de administração financeira da IES, buscando o cumprimento dos compromissos institucionais, a manutenção da sustentabilidade e equilíbrio financeiros. Estabelecer políticas de manutenção de estudantes e captação de novos estudantes.

AÇÕES		ANÁLISE DOS RESULTADOS	
PROGRAMADAS	REALIZADAS	FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
Verificação da existência de instrumentos de controle financeiro	Averiguação da existência dos mecanismos de controles financeiros	Nenhuma.	Verificou-se que a IES possui contador próprio que junto com o departamento financeiro elaboram mensalmente o levantamento da situação econômico-financeira através dos seguintes relatórios: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Análise Comparativa de Receitas e Despesas em Relação ao Orçamento em Execução.
Verificação de outras fontes de recursos que não apenas as mensalidades dos estudantes.	Levantamento da existência de outras fontes de recursos, que não as mensalidades escolares.	Nenhuma.	A IES recebe com regularidade subvenções oriundas de sua Mantenedora. Busca de patrocínios para elaboração de eventos. Parcerias com empresas e prefeituras, para o aumento do número de alunos.

Verificação do sistema de ingresso de discentes na IES. Levantamento junto à secretaria acadêmica, do sistema de ingresso de novos discentes.

Nenhuma.

**Processo seletivo** – O acesso ao curso se dá por meio de Processo Seletivo Unificado regido por edital publicado e amplamente divulgado local e regionalmente.

**Obtenção de novo título** – registrando-se vagas iniciais remanescentes no curso podem ser efetuada matrícula de ingresso de portadores de diploma de curso superior, para obtenção de novo título, observadas as normas e o limite das vagas dos cursos oferecidos.

**Reopção de curso** – registrando-se vagas iniciais remanescentes no curso podem ser matriculados candidatos aprovados no processo seletivo em outros cursos, observada a classificação e critérios estabelecidos pelo CONSUADEPE.

**Transferência externa** – a transferência de aluno de outra instituição para as FIPAR para

prosseguimento de estudos do mesmo curso mediante a existência de vaga e processo seletivo.

Análise da sustentabilidade financeira.	Levantamento junto ao departamento financeiro a respeito da sustentabilidade.	Período de dificuldades financeiras, geradas pela crise no setor privado da educação superior em 2008 e 2009	Planos de reestruturação financeira da IES para o gerenciamento da crise
Verificação do controle de mecanismo de evasão, inadimplência.	Levantamento junto ao setor financeiro e secretaria acadêmica, os níveis de inadimplência, e de evasão.	O nível de evasão ocorreu no início de cada curso, chegando a média de 28% entre os cursos. E os níveis de inadimplência chegaram a 17%	Constatação de um sistema de cobrança para diminuição dos níveis de inadimplência, sendo feito também um levantamento semestral, com intuito de um controle econômico mais preciso.

---

## **7-. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Processo de avaliação de uma instituição do ensino superior, neste segundo relatório, ficou claro e é resultado deste trabalho muito mais eficiente que na avaliação anterior, uma vez que não se possuíamos parâmetros suficientes mais precisos.

A expectativa de um trabalho longo e exaustivo confirmou-se, mas, a riqueza da experiência adquirida superou os obstáculos e tornou possível a ampliação e compreensão de uma Cultura Avaliativa, já existente na Instituição.

O trabalho que vem sendo realizado pela CPA tem sido utilizado como uma ferramenta relevante ao planejamento, uma que vem gerando subsídios ao planejamento da Gestão Acadêmica e Administrativa das FIPAR. Este novo método vem permitindo que a IES possa ter seu trabalho e sua eficácia institucional reconhecida.

Entretanto acredita-se que ainda têm-se obstáculos a serem transpostos, pelo Sistema Educacional Brasileiro na busca da qualidade, no entrando fica claro que as FIPAR vêm desenvolvendo seu papel neste cenário. O Processo de Melhoria Contínua da Educação Superior é o objetivo final e será nesta Instituição, construído a cada dia, por meio de uma avaliação sistemática e contínua com o envolvimento de toda comunidade interna e externa.

Acredita-se ser necessária ainda uma maior divulgação dos resultados alcançados, pois é importante salientar que somente então a comunidade terá oportunidade conhecer a qualidade da Educação e do trabalho ofertado pelas FIPAR.

Tanto a IES como esta comissão tem consciência de suas fragilidades, mas também tem-se, dentre suas ações, à busca constante de superação visando a qualidade.

Neste sentido esta comissão sente-se à vontade para receber críticas e sugestões, como elucidar alguns pontos que possam não estar claros, desde que seja para cumprir a meta educacional da Comissão Própria de Avaliação - FIPAR

## 8- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES e da outras providências.** Brasília: DOU, Seção 1, p.3, de 15 de abril de 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes para auto-avaliação das instituições.** CONAES. BRASIL: 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Orientações gerais para o roteiro de auto-avaliação Institucional.** CONAES / INEP. Brasília: 2004

FIPAR. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2007/2011.** Paranaíba: Faculdades Integradas de Paranaíba - MS, 2009.

Paranaíba 15 de dezembro de 2009.

---

Prof. Janilson Modesto Leal  
**Membro**

---

Alessandra Correia Israel  
**Membro**

---

João Altino Barbosa  
**Membro**

---

Adriana Dias de Almeida  
**Membro**

---

Prof. Roberto Pereira da Silva  
**Coordenador da GPA**



CPA - FIPAR